

O CIRCUITO TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA POR UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL

THE TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA CIRCUIT IN A TERRITORIAL PERSPECTIVE

EL CIRCUITO TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA EN UNA PERSPECTIVA TERRITORIAL

RESUMO

Introdução: O circuito Terras Altas da Mantiqueira é um circuito turístico localizado no sul de Minas Gerais e que faz parte da Serra da Mantiqueira, um conjunto de elevações localizado entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Foi criado, em 1998, como o primeiro Circuito Turístico oficial do estado. A estrutura de circuitos é uma política pública de influência territorial. **Objetivo:** O artigo tem como objetivo apresentar, por uma visão geográfica, o território em uma região de potencial turístico, no caso, as Terras Altas da Mantiqueira. A proposta faz parte de um estudo mais abrangente, que apresenta a localidade com base na metodologia GTP (Geossistema – Território - Paisagem) de Bertrand e Bertrand (2007), porém, buscando uma maior aproximação com as propostas de Haesbaert (2004). **Métodos:** Os dados foram obtidos através de revisão bibliográfica, do levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outros órgãos e também foram realizados trabalhos de campo durante o segundo semestre de 2019. **Resultado:** O resultado foi a criação de uma base de informações sobre o contexto territorial, tanto dos aspectos de políticas públicas, quanto de ocupação histórica. **Conclusão:** Para os gestores, a compreensão desse pertencimento pode apontar territórios que se sobrepõem e pontos de associação que transcendam os limites do circuito e proporcionem parcerias, que respeitem a população e permitam ao turista experimentar outro nível de vivência, adentrando em uma dimensão territorial.

Palavras-chave: Território. Políticas de Turismo. Mantiqueira. GTP. Circuitos turísticos.


ABSTRACT


Introduction: The Terras Altas da Mantiqueira circuit is a tourist circuit located in the south of Minas Gerais (Brazil) and is part of the Serra da Mantiqueira, a set of elevations located between the states of Minas Gerais, São Paulo and Rio de Janeiro. It was created, in 1998, as the first official Touristic Circuit in the state. The circuit structure is a public policy of territorial influence. **Objective:** The article aims to present, through a geographical view, the territory in a region of tourist potential, in this case, the Terras Altas da Mantiqueira. The proposal is part of a more comprehensive study, which presents the location based on the GTP methodology (Geosystem – Territory – Landscape) by Bertrand and Bertrand (2007), however, seeking a greater approximation with the proposals of Haesbaert (2004). **Methods:** Data were obtained through literature review, data collection by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and other bodies, and fieldwork was also carried out during the second half of 2019. **Result:** The result was the creation of an information base on the territorial context, both of the aspects of public policies, as well as of historical occupation. **Conclusion:** For managers, understanding this belonging can point to overlapping territories and points of association that transcend the limits of the circuit and provide partnerships that respect the population and allow tourists to experience another level of experience, entering a territorial dimension.

Keywords: Territory. Tourism Policies. Mantiqueira. GTP. Tourist circuits.

RESUMEN

Introducción: El circuito Terras Altas da Mantiqueira es un circuito turístico ubicado en el sur de Minas Gerais (Brasil) y forma parte de la Serra da Mantiqueira, un conjunto de elevaciones ubicadas entre los estados de Minas Gerais, São Paulo y

 Luiz Henrique de Oliveira Santos ^a

 Vicente Paulo dos Santos Pinto ^a

^a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2021.52299

Correspondência: luizserrafina@hotmail.com

Recebido em: 2 jul. 2020

Aceito em: 14 out. 2021



Rio de Janeiro. Foi criado, em 1998, como o primeiro Circuito Turístico oficial do estado. A estrutura do circuito é uma política pública de influência territorial.

Objetivo: O artigo tem como objetivo apresentar, a través de uma visão geográfica, o território em uma região de potencial turístico, neste caso, a Serra de Mantiqueira. A proposta é parte de um estudo mais amplo, que apresenta a localização com base na metodologia GTP (Geosystem - Territory - Landscape) de Bertrand y Bertrand (2007), sem embargo, buscando uma maior aproximação com as propostas de Haesbaert (2004). **Métodos:** Os dados se obtiveram mediante revisão da literatura, recoleção de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) y outros organismos, y também se realizou trabalho de campo durante o segundo semestre de 2019. Resultado: O resultado foi a criação de uma base de informação sobre o contexto territorial, tanto de los aspectos de las políticas públicas, como de la ocupación histórica. **Conclusión:** Para los gestores, entender esta pertenencia puede apuntar a territorios superpuestos y puntos de asociación que trascienden los límites del circuito y brindan alianzas que respetan a la población y permiten al turista vivir otro nivel de experiencia, entrando en una dimensión territorial.

Palabras-clave: Território. Políticas de turismo. Mantiqueira GTP Circuitos turísticos.



INTRODUÇÃO

O circuito Terras Altas da Mantiqueira é um circuito turístico localizado no sul de Minas Gerais e foi criado, em 1998, como o primeiro Circuito Turístico oficial do estado. Tem como objetivo, a formação de uma estrutura administrativa que ajude no fomento da atividade, de forma que inclua o poder público, privado, comunidade e prestadores de serviço.

A região de estudo faz parte da Serra da Mantiqueira, que é um conjunto de elevações localizado entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O Circuito é formado por pequenas cidades, que não ultrapassam 17 mil habitantes e contam com várias estruturas rurais, formando um mosaico de ocupação territorial entre as áreas de florestas.

O objetivo deste artigo é apresentar, por uma visão geográfica, o território em uma região de potencial turístico, no caso, as Terras Altas da Mantiqueira. Para isso, apresenta: uma reflexão sobre as políticas de circuito como um recorte territorial, que estabelece mais uma força sobre a localidade; uma revisão histórica dos processos de ocupação territorial junto com um mapa de uso e de ocupação; o uso de dados socioeconômicos e uma reflexão sobre a relação entre os municípios.

A avaliação da localidade sob uma perspectiva complexa, ajuda a perceber as relações sociais que se estabelecem na ocupação e no domínio das localidades. O levantamento das informações possibilita uma maior compreensão da região para os planejadores, os profissionais do turismo e para a comunidade. Os dados para realização da pesquisa foram obtidos através da revisão bibliográfica de literaturas sobre a ocupação da região, da análise de documentos históricos, da produção cartográfica de mapas, para expressar as informações obtidas e por uma pesquisa de campo para confirmar os apontamentos.

De forma sucinta, o artigo traz: a definição do território na perspectiva de Bertrand e Bertrand (2007), porém, faz um paralelo com o território em Haesbaert; apresenta o processo da criação do circuito Terras Altas da Mantiqueira; descreve o processo de ocupação da região, até se desdobrar no uso e na ocupação na atualidade; desenvolve uma reflexão sobre os aspectos socioeconômicos; faz um estudo sobre a distribuição espacial das estruturas de acesso e as relações que os municípios estabelecem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados da pesquisa foram obtidos através da revisão bibliográfica, da análise de documentos, das produções cartográficas e de uma pesquisa de campo.



A revisão bibliográfica e a análise de documentos foram feitas com base em artigos, em documentos, nas legislações, em livros e nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em um primeiro momento, buscou-se compreender o conceito de território que Bertrand e Bertrand (2007) utilizam na metodologia GTP (Geossistema – Território - Paisagem) e avaliar em que pontos a proposta pode ser acrescida com a abrangência que Haesbaert (2004) dá ao território. Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa sobre a política de circuitos turísticos, estudando legislações e informações disponíveis no site oficial da Associação Terras Altas da Mantiqueira (ATAM), para compreender como essa política pode se tornar um poder na multiterritorialidade da localidade. Em um terceiro momento, foi feito um levantamento do histórico de ocupação territorial dos municípios, como principais referências os livros: *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* de Saint-Hilaire (1822), *Formação do Brasil Contemporâneo* de Prado Junior (1972) e do IBGE (2019).

As informações obtidas foram transformadas em mapas e em uma tabela sobre os aspectos socioeconômicos da região. Os mapas também utilizaram dados do Sistema de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-SISEMA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em uma escala 1:250.00. Os dados foram processados no software Qgis. Além disso, a tabela utilizou dados do IBGE (2019)

Foram realizados trabalhos de campo durante o segundo semestre de 2019, objetivando a coleta de informações primárias junto aos informantes qualificados vinculados aos diferentes segmentos socioeconômicos. Além disso, visando a observação da materialização dos processos geohistóricos, um levantamento fotográfico permitiu a geração de um banco de dados de imagens representativas dos diferentes costumes, dos usos e das ocupações encontrados no Circuito. Foram visitados os seguintes eixos rodoviários e suas adjacências: MG-350, MG-354, LMG- 881 e o acesso entre as cidades de Alagoa e Aiuruoca.

UMA REFLEXÃO DO TERRITÓRIO COMO HÍBRIDO

Esta proposta faz parte de um estudo maior, baseado na aplicação da metodologia G.T.P. (Geossistema – Território - Paisagem) de Bertrand e Bertrand (2007) nas Terras Altas da Mantiqueira. Bertrand e Bertrand (2007, p.208) afirmam que “a geografia, mais do que outras disciplinas, tem o hábito de manusear conceitos



‘mistos’, na encruzilhada dos campos semânticos e disciplinares,” Consequentemente, o termo território tem diversos significados semânticos em diversas áreas da ciência.

O conceito de território tem origem na biologia, mais especificamente, na etologia. Nesta concepção, o território é compreendido como um ambiente de um grupo, constituído por padrões de interação (HAESBAERT, 2004). Para Souza (2001), o conceito de território na geografia tem origem na antropogeografia alemã e apresenta o seguinte: “O território surge, na tradicional geografia política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente constituídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social.” (SOUZA, 2001, p. 84).

Haesbaert (2004), por sua vez, apresenta uma revisão sobre a polissemia do conceito de território, apontando os múltiplos significados em outras disciplinas, como, por exemplo, a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, a Sociologia e a Psicologia. Dentro da discussão sobre a polissemia do conceito, surge uma reflexão sobre o território, em uma perspectiva materialista e em uma perspectiva idealista. Na materialista, ressalta as visões que se derivam desta perspectiva, apontando três: uma naturalista, uma de base econômica e uma tradição jurídico-política do território. Na visão idealista, os territórios são ligados a um conceito estabelecido, *a priori*, relacionando conotações subjetivas e “poderes invisíveis”.

Após essa reflexão, Haesbaert (2004), apresenta o território como um híbrido, buscando um alinhamento, que apresente as características de multiplicidade e de interação como aspectos fundamentais para a compreensão do conceito:

Fica evidente, neste ponto, a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um Híbrido-Híbrido entre a sociedade e a natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço, como nos introduzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre o movimento e a (relativa estabilidade - recebiam este os nomes de fixos e fluxos, circulação e ‘iconografias’, ou o que melhor nos aprouver. (HAESBAERT, 2004, p.79)

Fuini (2017) sintetiza o território de Haesbaert da seguinte forma:

Em primeiro lugar, a concepção de território que Haesbaert traz é de uma dimensão espacial, que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material, quanto em termos jurídico-políticos. É, também, um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros), manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações. (FUINI, 2017, p.20)

O foco de Haesbaert (2004), quando apresenta o conceito de território, é a questão da desterritorialização. Apresenta e questiona algumas linhas de pensamento, que apontam que os territórios estão chegando ao fim, devido à supressão do espaço pelo tempo, resultado do acelerado processo de globalização, que homogeniza os estados e as culturas. Isto faz com que dinâmicas restritas à determinada



espacialidade transcenda sua abrangência comum, se impondo ou recebendo um domínio e levando à impossibilidade de se estabelecer limites territoriais físicos, resultando, assim, no fim dos territórios. Para Haesbaert (2004), a proposta da desterritorialização é um mito. Os territórios estão mais próximos de um conceito de agenciamento, um conjunto de partes conectadas que funcionam como em simbiose, consistentes, porém, heterogêneos. O que ocorre, na verdade, é a criação de uma multiterritorialidade, que é levada aos espaços mínimos em um ciclo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). “(...) A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos” (HAESBAERT, 2004, p.138).

Dentro dos pensamentos de Bertrand e Bertrand (2007), a questão do território se inicia em uma condição materialista, mas se flexibiliza com seus estudos. Para o autor, “não existe território sem terra” (BERTRAND E BERTRAND, 2007, p.146) o território é o “espaço geográfico produzido e vivido pelas sociedades sucessivas. Ele se presta a uma contribuição à dimensão histórica e arqueológica do meio ambiente.” (BERTRAND, 2007, p. 146).

Logo, aos passos de desenvolver a metodologia GTP, Bertrand e Bertrand (2007 afirmam: “O território, conceito bem conhecido dos geógrafos, que permite aqui analisar as repercussões da organização e dos funcionamentos sociais e econômicos sobre o espaço considerado” (BERTRAND e BERTRAND, 2007, p.334) e também defende a ideia de um território como um híbrido, atribuindo uma dimensão além da ocupação, porém, ligado a um contexto socioeconômico, com foco no conceito como uma fonte de recursos, que cria uma história e que se desdobra nas “memórias da região” na produção de um território artefato. Os aspectos socioculturais são abordados dentro da sua concepção de paisagem, mas ligados à produção do território.

Nesse raciocínio, compreender o homem dentro do território é transcender as relações naturais, mas não abandoná-las. O cultivo de determinada cultura agrícola não está relacionado apenas às relações tróficas. O homem não cria aquele território apenas para suprir a sua necessidade. O material está carregado de significados e de simbolismos, desenvolvidos pelas características socioculturais.

Nesse íterim, a proposta deste trabalho é buscar um pouco da multiterritorialidade das Terras Altas da Mantiqueira. Como é um processo complexo, em que há demandas de expressivas laudas, será realizado, pontualmente, algumas reflexões que não expressam a totalidade do circuito como território, mas apresentam um conjunto inicial de informações, que devem ser acrescidas de outras. Esta proposta pode apresentar aos gestores de Circuitos Turísticos uma visão mais complexa e multipolar do recorte territorial a qual exercem influência. Pode mostrar processos, grupos e interesses difusos, que podem ser aproveitados como atrativos turísticos, ou que podem resultar em conflitos e em tensões a serem administradas.



A PROPOSTA DE ESTUDO TERRITORIAL DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA

O conceito de território, neste trabalho, tem base no utilizado por Bertrand e Bertrand (2007) na proposta da metodologia GTP, mas, buscou-se, atender uma concepção mais ampla, conforme o conceito de Haesbaert (2004). O território é apresentado como um híbrido, comparando os aspectos materialistas e idealistas e apresentando os fenômenos de forma indissociável.

Desta forma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica e cultural, através da identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico sobre espaços onde vivem, (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 2004, p.94 apud HAESBAERT, 1997)

A proposta dos circuitos é uma política de governo, e, como qualquer outra, exerce e segue as diretrizes, as legislações e os decretos específicos. Estas legislações criam novas formas de poderes e novas territorialidades sobre as localidades. Compreender o território e suas dinâmicas é fundamental para diminuir conflitos e elaborar projetos participativos, que respeitem as populações locais. Esta prática ajuda a distinguir o território, de acordo com os sujeitos que os constroem e que nele exercem poder. Compreender a relação que a política de circuito tem com os processos territoriais é fundamental para estender a quem atende.

As Terras Altas da Mantiqueira têm uma centralidade tipológica relacionada às elevadas altitudes da região, porém, é difícil delimitar as fronteiras deste território turístico, pois, nem sempre quem visita a região fica apenas nos municípios do circuito, muito menos, as dinâmicas culturais e econômicas respeitam os limites políticos, estabelecidos pelos municípios. Consequentemente, a opção por trabalhar com o recorte do circuito deixa muitos aspectos abstraídos do conceito. Dessa forma, o trabalho optou em fazer uma revisão sobre o processo de ocupação da região, apontando a Mantiqueira como ponto central do qual derivam as Terras Altas. O processo histórico de ocupação se manifesta na atualidade e é visível, quando observado o mapa de uso e ocupação da região, ou mesmo uma paisagem típica das áreas tomadas pelos processos agropecuários ou de urbanização.

Outro aspecto abordado é a realidade socioeconômica da região. Os estudos das questões econômicas e demográficas são importantes. Há uma ideia do senso comum, relacionado a um pensamento economicista, que, quando o turismo é implantado em uma localidade, resolve automaticamente os problemas sociais e ambientais e traz desenvolvimento. Porém, se a localidade não estiver ciente de seus problemas sociais, o turismo pode os maximizar e trazer novos problemas.

Além de tentar estabelecer uma relação entre sociedade e natureza e os aspectos socioeconômicos, também é apontada uma relação política/econômica/sociocultural dos fluxos rodoviários da região, que apresenta o porquê de



alguns municípios manterem relações mais próximas com outros, mesmo com um maior distanciamento espacial. A dinâmica de redes de transportes e de acesso se configuram de uma forma, que pode apontar algumas situações peculiares quando analisadas com os processos históricos. Para estudar este tópico, foi elaborado um mapa dos acessos rodoviários aos municípios, que, junto com incursões em campo e dados históricos, permitiram realizar reflexões sobre como os municípios se relacionam.

O CIRCUITO TURÍSTICO DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA

Ao analisar o processo histórico das políticas de incentivo ao turismo (DIAS, 2013), é possível observar como o planejamento é, geralmente, estabelecido de forma hierárquica, com políticas pontuais, que tem origem em critérios e em projetos preestabelecidos e sem o conhecimento profundo sobre as localidades, o que, consequentemente, tem gerado problemas.

Procurando uma nova visão metodológica baseada na divisão do espaço geográfico em organizações de afinidade cultural, para facilitar a oferta de atrativos de produtos e de serviços, foram criados os Circuitos Turísticos, pelo decreto 43.321 do governo do estado de Minas Gerais, em 8 de maio de 2003 (MINAS GERAIS, 2003). A proposta visa a descentralização do turismo, pois possibilita que a associação denominada “circuito”, seja formada por representantes do poder público e privado, assim, problemas derivados da descontinuidade administrativa podem ser contornados. Os circuitos foram criados em conformidade com a Lei 11.771 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Segundo Tavares & Vieira (2010):

A lógica que permeia a formação de um CT é bastante simples. Diversos municípios, próximos entre si, com atrativos turísticos interessantes, mas que não possuem infraestrutura suficiente para transformar o visitante em turista, ou seja, aumentando-lhe o tempo de permanência no município. Dessa maneira, uma saída para tal situação é constituir um CT, que é formado por um município polo (base distribuidora dos turistas) e pelos demais municípios (unidades turísticas). (TAVARES & VIEIRA, 2010, s/n)

O decreto nº 43.321 foi revogado pelo decreto nº 47.687, de 26 de julho de 2019 (MINAS GERAIS, 2019), que estabelece o circuito como:

§ 1º – Os circuitos turísticos são a Instância de Governança Regional – IGR – integrados por municípios de uma mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar, desenvolver e consolidar a atividade turística local e regional de forma sustentável, regionalizada e descentralizada, com a participação da sociedade civil e do setor privado. (MINAS GERAIS, 2019, s/n).

O decreto atual estabelece alguns pontos de destaque, como a participação da sociedade civil na administração dos circuitos e a exigência de um profissional de turismo nos projetos. A expectativa é que, com um planejamento e uma gestão participativa e integrada, seja possível diminuir os impactos negativos e maximizar os impactos positivos gerados pelo turismo. Mesmo assim, as atividades turísticas podem gerar problemas nos sistemas ecológicos, econômicos, sociais e

culturais (BENI, 1988). Problemas que podem ser mitigados pela elaboração de planos e de pesquisas, que valorizem as características locais. Então, para minimizar os impactos negativos, é necessária uma visão do todo, é preciso que haja um planejamento voltado ao bem-estar de todos os envolvidos, diminuindo os conflitos e levando a satisfação das demandas dos receptivos turísticos.

O Circuito Terras Altas da Mantiqueira foi o primeiro circuito turístico criado no Estado e está consolidado como destino turístico. Segundo informações do site oficial, o projeto foi idealizado pelo deputado Manoel Costa:

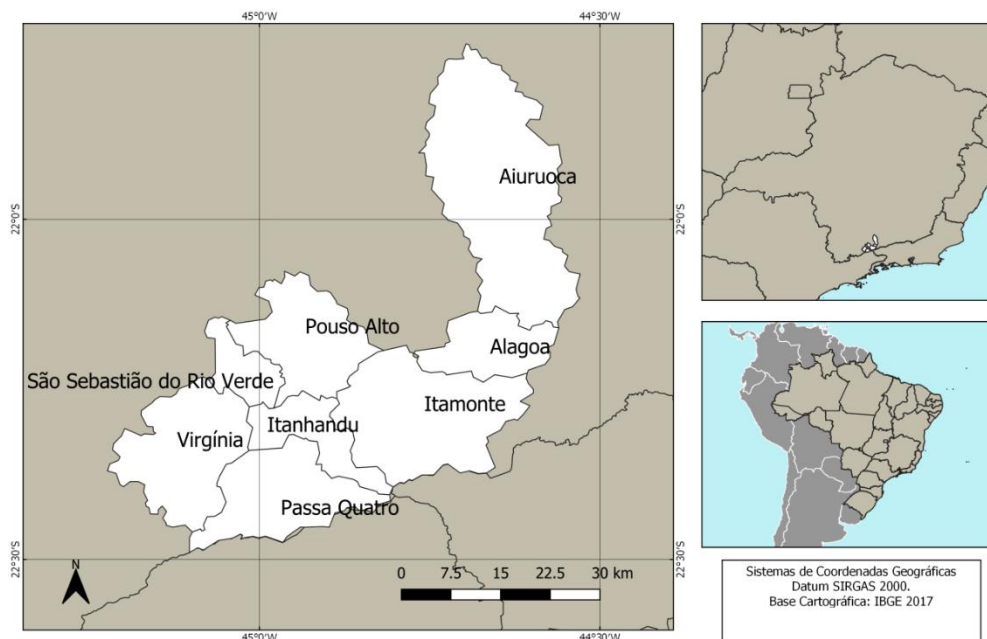
Em meados de 1998, o Deputado Manoel Costa, residindo em Itanhandu, idealizou a formação de uma microrregião no Sul de Minas, com grande potencial para o turismo, a qual denominaria Terras Altas da Mantiqueira. Reuniu sete Prefeitos Municipais e um grupo de hoteleiros e empreendedores para demonstrar perspectivas, viabilidades e benefícios que um movimento integrado poderia gerar para o fortalecimento do desenvolvimento turístico e econômico regional.

Assim, em 22 de junho de 1998, através da Resolução 001/98, nasceram as 'Terras Altas da Mantiqueira', doravante denominada Estância Climática voltada para o desenvolvimento do Turismo dos Municípios de Alagoa, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto, São Sebastião do Rio Verde e Virgínia. (ATAM, c2013-2020, s/n).

A microrregião recebeu a denominação de Associação Terras Altas da Mantiqueira (ATAM), em 31 de março de 1999, com a primeira sede na cidade de São Sebastião do Rio Verde. Em 2000, com a criação da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais, o convite e o aceite do Deputado Manuel Costa para assumir a secretaria, a proposta ganha abrangência estadual, culminando na política dos circuitos. A certificação oficial, com o Certificado de Circuito Turístico de MG da microrregião, aconteceu em 25 de março de 2006.

O mapa da **Figura 1** apresenta a localização das Terras Altas:

Figura 1. Municípios do circuito Terras Altas da Mantiqueira



Fonte: Elaborado pelo autor.



Atualmente, o Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira é composto pelos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto e São Sebastião do Rio Verde, e a sede da associação está localizada no município de Itanhandu. Quando o trabalho foi idealizado, o município de Virgínia ainda pertencia ao Circuito Terras Altas, por isso, mesmo com sua saída, foi considerado.¹

PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA MANTIQUEIRA

Como ponto inicial, há pouca referência aos indígenas da região. Alguns textos (SCARAMELLA, 2011), (OLIVEIRA, 2015), fazem referências às populações autóctones, que viviam no Vale do Paraíba e na Serra da Mantiqueira, mas, que se diluíram dentro do processo de ocupação. Os mais citados são os Puris e os Goytacazes. Guimarães (2017) tem buscado indicações sobre os indígenas da região, através de arquivos históricos e de depoimentos. O fato mais aceito é que os aspectos indígenas foram dissolvidos dentro da figura do caipira.

Os primeiros relatos sobre a região são do século XVI e estão ligados às bandeiras, expedições que buscavam ouro no interior do Brasil (GONÇALVES, 2003). A região se tornou uma área de passagem, pois, para acessar as Minas Gerais, quem vinha do vale do Paraíba tinha a garganta do Embaú, hoje divisa entre Passa Quatro (MG) e Cruzeiro (SP), como o ponto com menor altitude e declividade, quando comparado à “muralha” natural formada pelas elevadas altitudes das cristas e das serras.

A região foi visitada pelo botânico Auguste de Saint-Hilaire, que faz uma descrição da ocupação da localidade, quando passa por Passa Quatro:

Este valle é regado por um rio que dá mil voltas e pelo qual passa quatro vezes para chegar aqui, donde lhe vem o nome de Passa Quatro. Suas margens apresentam, alternadamente, pastos, capões de matto pouco elevados, terrenos cultivados entre os quaes se vê, de distância em distância, grupos de pinheiros. Pequenas casas ainda accrescentam nova variedade à paisagem. A nossa frente tinhamos a Serra da Mantiqueira, a cujos cumes, bastante differentes pelo formato, veste sombria floresta. (SAINT-HILAIRE, 1822, p.124)

O primeiro estudo específico sobre a Mantiqueira que se tem notícia é um artigo de cunho geomorfológico, datado de 1895, que tenta delimitar a Serra da Mantiqueira, o qual afirma: “Nos primeiros mappas em que se encontra o nome de Mantiqueira, este abrange toda a cadeia desde as visinhanças de São Paulo, até as de Barbacena, de modo que não se póde determinar nelles a posição

¹ No ano de 2019 o municio de Bocaina de Minas passou a integrar o circuito.



da primitiva Serra da Mantiqueira.” (DERBY, 1895, p.4). Neste trabalho, também é citado que, nos documentos oficiais, a primeira menção à Mantiqueira é nos autos de posse, que delimitou a “*Camara de Villa de São Joao d’Elrei*”. A região servia como delimitação entre as capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, sendo as suas áreas culminantes facilmente reconhecidas como a centralidade da Mantiqueira, mas, de difícil delimitação do entorno.

Caio Prado Júnior descreve a Mantiqueira em seus estudos. No livro “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, lançado em 1942, o autor faz oito citações sobre a Mantiqueira. Afirma que as estrias (gargantas) da Mantiqueira serviram como vias de comunicação para a ocupação de Minas Gerais. Descreve, em um fragmento, como a região teve o início de sua ocupação derivado da mineração e, depois, toma os rumos da agricultura e da pecuária, devido à proximidade com o Rio de Janeiro.

Vejamos a outra direção que toma a expansão dos “generalistas”: para o sul, em direção da Mantiqueira, que aí separa a capitania do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesta área, que formará mais tarde o chamado Sul de Minas, a mineração espalhará, como referi, alguns núcleos agrupados em torno das “minas do Rio Verde” e as “do Itajubá”. Mas em fins do século, é só em Campanha, elevada a vila em 1798, que se mantinha ainda alguma atividade mineradora. A região tomara outro rumo. A agricultura e a pecuária aí se instalaram com grande sucesso, tornando-se, entre outros, fornecedores do importante e próximo mercado do Rio de Janeiro. A isto acresce a cultura do fumo, que se praticava, sobretudo, em Baependi, Airuoca e Pouso Alto, e que tem certa importância. Em suma, trata-se de uma das zonas do país que já em princípios do séc. XIX oferecem maiores perspectivas. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 78).

Em outro ponto do livro faz uma descrição dos aspectos físicos da região, enfatizando os aspectos hídricos e como isso cria um ambiente favorável para as estruturas rurais.

Sobre os relevos e a vegetação descreve:

Se bem que o relevo seja aí mais desigual, grandemente recortada que e de serras quase sempre ásperas e de difícil trânsito, o que sobra e se estende em terrenos apenas ondulados é largamente suficiente para o cômodo estabelecimento do Homem. A vegetação também o favorece, particularmente para os fins da pecuária. A densa mata que cobre a serra a leste e a sul, e que vem desde o litoral, interrompe-se nestas altitudes, que oscilam em torno dos mil metros, e dá lugar a capões apenas, que se refugiam nos fundos úmidos e abrigados, deixando os altos descobertos, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 198).

O autor afirma que as condições naturais proporcionam ao Sul de Minas circunstâncias favoráveis às atividades agropecuárias, o que levou à criação de uma estrutura focada, principalmente na criação de gado para abastecer os mercados, durante o ciclo da mineração. Quando se faz um estudo mais profundo sobre as vias de acesso do que hoje é chamada de região sudeste, enfatiza a Serra da Mantiqueira como um segundo degrau a ser transpassado para chegar ao interior do Brasil, logo após vencer a Serra do Mar.

O segundo degrau, a Serra da Mantiqueira, se ascende por várias gargantas, das quais, a mais importante e mais transitada, é a do Embaú, ou garganta do Registo, por se ter instalado um aí, e que é a passagem, hoje, da rodovia que do vale do Paraíba demanda o sul de Minas; e que, no alto da serra, desemboca no vale do rio Verde. Antonil, em princípios do séc. XVIII, já descreve este caminho, e assinala o seu percurso até as minas do centro da capitania que em seu tempo começavam a ser lavradas. (PRADO JUNIOR, 1972, p. 24).

De forma resumida, a região teve o seu processo de ocupação iniciado com as investidas dos bandeirantes para o interior do Brasil. Porém, só se consolidou com o ciclo da mineração, pois, a região, além de ser um ponto de passagem para o escoamento do ouro, também se torna estratégica para a produção rural.

Outro aspecto importante na região é a chegada da linha férrea, no fim do século XIX, que surgiu para escoar a produção de café. A ferrovia que liga Cruzeiro (SP) a Três Corações (MG) começou a ser construída em 1881 pela *The Minas and Rio Railway* (GONÇALVES, 2003) e foi inaugurada em 1884 por D. Pedro II. É o marco do início de um período de modificações espaciais em algumas cidades, pois, com a facilidade de transporte oferecida por essas redes, algumas cidades começaram a desenvolver uma indústria baseada no processamento de produtos, como, por exemplo, o leite. Assim, surgiram laticínios e produtores de derivados de leite, principalmente em Itanhandu. Atualmente, a ferrovia tem apenas alguns de seus trechos utilizados para o turismo, como o trecho de Passa Quatro em que opera um trem turístico (**Figura 2**), que realiza passeios até um túnel localizado na divisa entre Passa Quatro (MG) e Cruzeiro (SP). Este túnel foi um dos pontos mais tensos da Revolução Constitucionalista de 32.

Figura 2. Trem turístico no município de Passa Quatro



Fonte: acervo pessoal (2018).

Quando observada essa paisagem, é possível visualizar uma organização típica da região pela influência de todos esses processos históricos, que apresentam a forma como a sociedade se apropriou da natureza e a modificou. As estruturas urbanas ocupam as áreas planas às margens dos rios. Nos morros é possível visualizar um mosaico de áreas de pastagem, com fragmentos de florestas. As áreas mais elevadas são de grande declividade e, em maioria, dominadas por formações vegetais preservadas. (**Figura 3**)

Figura 3. Vista da área urbana central do município de Passa Quatro

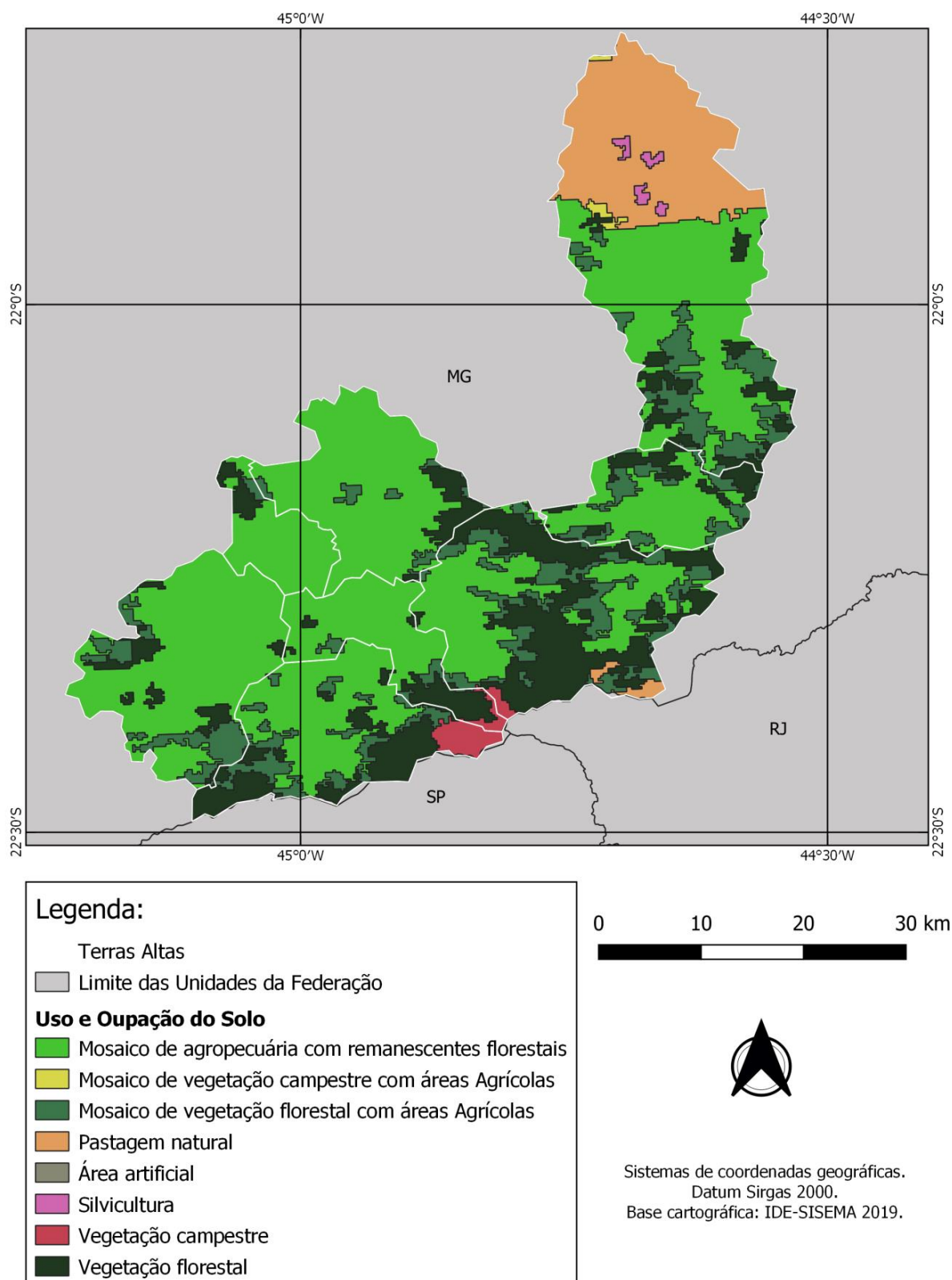


Fonte: acervo pessoal (2020).

Além das características históricas e estruturais, o espaço geográfico se configura como a materialidade territorial, disposta no cotidiano, e se manifestam de acordo com a forma que o ser humano modifica a natureza, para suprir a sua necessidade. Dessa forma, com base no banco de dados do IDE-SISEMA, foi possível produzir um mapa de uso e de ocupação da localidade, o qual é demonstrado na **Figura 4**.

A elevada altimetria, que chega a desníveis de mais de 1.500 metros na região, apresenta muita declividade com estrutura de neossolo sobre um estrato rochoso nos pontos mais altos e de latossolos nas áreas mais baixas. Com a variação dos solos, as formações vegetais e os aspectos climáticos, a agricultura e a pecuária se distribuem na paisagem, não ortodoxamente por fatores naturais, mas de acordo com os componentes e as técnicas desenvolvidas para a utilização do território como recursos.

Figura 4. Mapa de uso e ocupação realizado com base nos dados do IDE-SISEMA (2019)

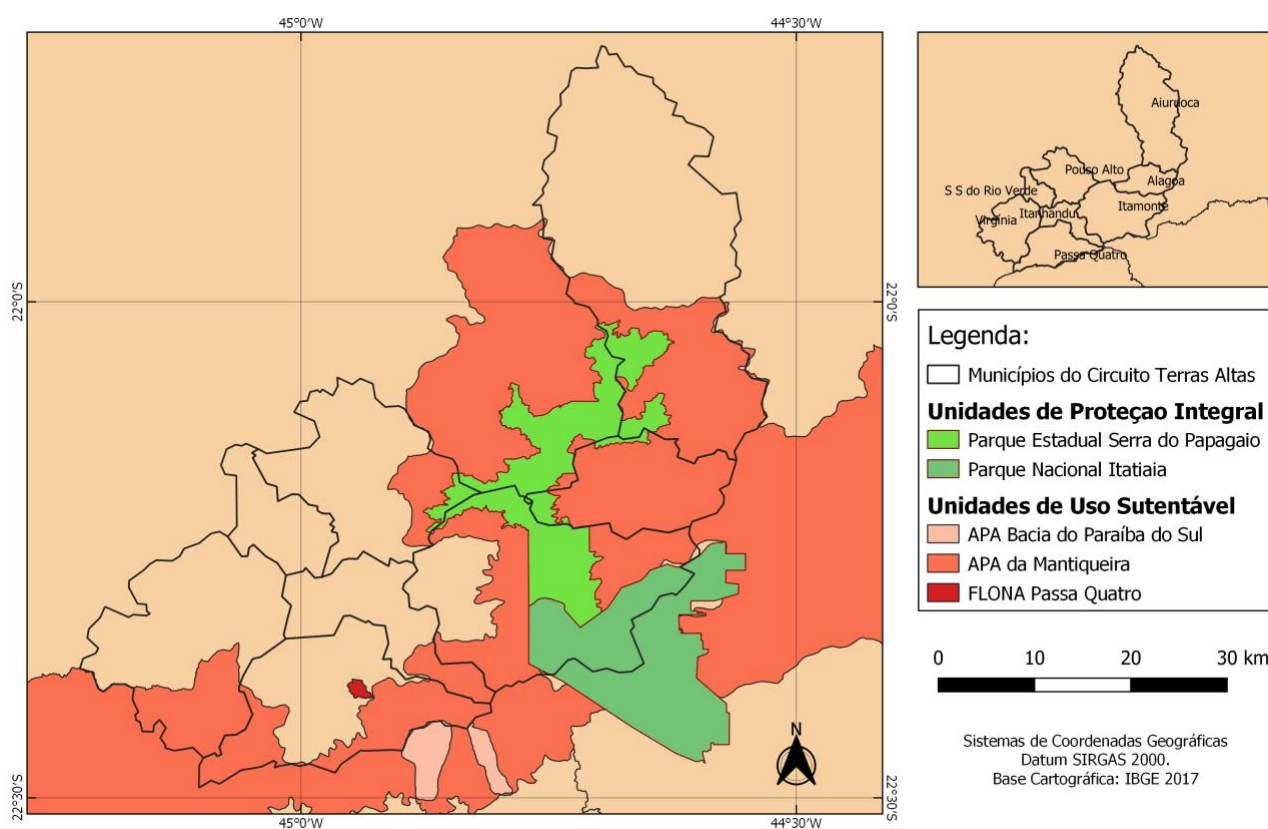


Fonte: Elaborado pelo autor

Há um mosaico de áreas de proteção ambiental na região. As áreas correspondentes, em maioria, são abrangidas por legislações específicas de proteção à natureza. Partes dessas áreas se

enquadram pela lei Nº 12.651, como Áreas de Preservação Permanente - APP (BRASIL, 2012), que as protege, devido à declividade, à altitude, ou à dinâmica hídrica dos cursos de água ou das nascentes. Outra legislação influente na localidade é a Lei nº 9.985, Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (**Figura 5**), que estabelece restrições de uso da localidade, após a criação de Unidades específicas de gestão da natureza, devido à variedade biológica, à geológica ou à importância para o bem comum. (BRASIL, 2000).

Figura 5. Unidades de Conservação da região. O mapa não apresenta as Reservas Particulares do patrimônio Natural (RPPNs) da região.



Fonte: Elaborado pelo autor.

As elevadas altitudes, em relação ao relevo brasileiro, têm incentivado agricultores a cultivarem oliveiras e produtos não comuns à tropicalidade brasileira. Há um domínio de áreas campestres em altitudes elevadas de difícil acesso, onde não há atividades. Historicamente, a área do que corresponde ao Parque Nacional de Itatiaia já foi utilizada como pastagem (ICMBIO, 2014). Na atualidade, a área é protegida, porém, há fragmentos no entorno que são utilizados pelos moradores. Na parte norte de Aiuruoca, as estruturas litológicas e vegetais têm características diferenciadas, em relação ao restante da área em análise, apresentando uma zona de transição, para



um domínio paisagístico de campos, que são utilizados para a pastagem e para a silvicultura. A estrutura que mais domina a região é a agropecuária com remanescentes florestais. A imagem das pastagens com gado leiteiro, organizados em sistemas extensivos de produção com fragmentos florestais, é algo frequente na região.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA

O IBGE (2019) proporciona, em seu site, uma grande referência de informações. Os dados obtidos a seguir foram extraídos do site desse órgão público, com o objetivo de realizar um levantamento socioeconômico e histórico de cada município, para avaliar as peculiaridades no processo de formação histórica e as características socioeconômicas, que podem ser de importância para o turismo.

Os dados levantados são de grande valor para compreender a região em um contexto histórico do Brasil, associando a ocupação aos grandes processos monocultores e de exploração dos recursos minerais. Porém, as especificações são rasas sobre os processos históricos do século XX. Pouco foi citado sobre a importância da região na Revolução Constitucionalista de 32, em que há o túnel da serra em Passa Quatro como um marco, não só na região, como no contexto nacional.

Sobre os aspectos econômicos do município, a tabela a seguir (**Tabela 1**) foi produzida com base nos dados do IBGE (2019) e apresenta alguns dados para a compreensão da dinâmica demográfica dos municípios.

Sobre os dados da tabela, é possível observar que a população de alguns municípios conta com uma estimativa de redução. Nos municípios de Alagoa e Aiuruoca, observando as pirâmides etárias dos municípios disponíveis no Plano de Manejo da APA da Mantiqueira (ICMBIO, 2018), observa-se um número reduzido de jovens com a faixa etária superior aos 20 anos. Há, visivelmente, uma evasão dos jovens em busca de oportunidades de emprego e de estudo em outras localidades. De acordo com os dados históricos citados, na justificativa de criação do município de Alagoa, a cidade tinha aproximadamente 4.000 habitantes. Hoje, a população é menor do que o apresentado no dado de 1855. Por outro lado, Passa Quatro se destaca com o município com a maior população, enquanto Itanhandu tem a maior densidade demográfica.



Tabela 1. Dados socioeconômicos dos municípios das Terras Altas da Mantiqueira e Virgínia

| População | Alagoa | Aiuruoca | Itanhandu | Itamonte | Passa Quatro | Pouso Alto | S. S. do Rio Verde | Virgínia | Total/ Média |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|------------|--------------------|-----------|--------------------|
| População estimada [2019] | 2.674 | 6.003 | 15.331 | 15.579 | 16.344 | 5.940 | 2.241 | 8.674 | 72.786 (Total) |
| População no último censo [2010] | 2.709 | 6.162 | 14.175 | 14.003 | 15.582 | 6.213 | 2.110 | 8.623 | 69577,00 (Total) |
| Densidade demográfica [2010] (hab/km ²) | 16,79 | 09,48 | 98,87 | 32,43 | 56,21 | 23,62 | 23,23 | 26,41 | 23,62 (Média) |
| Trabalho e Rendimento | | | | | | | | | |
| Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017] | 2 | 1,9 | 1,8 | 2,1 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,5 | 1,84 (Média) |
| Pessoal ocupado [2017] | 406 | 753 | 4.225 | 3.390 | 3.482 | 1.354 | 423 | 1.343 | 15.376 (Total) |
| População ocupada [2017] (%) | 14,8 | 12,1 | 27,6 | 22 | 21,1 | 21,9 | 18,8 | 15,1 | 19,18 (Média) |
| Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010] (%) | 41,4 | 35,2 | 29,6 | 33,1 | 34,4 | 35,4 | 36 | 41,7 | 35,85 (Média) |
| Economia | | | | | | | | | |
| PIB per capita [2016] (R\$) | 11.406,39 | 15.846,50 | 26.494,54 | 47.306,65 | 19.242,18 | 24.586,97 | 11.075,41 | 13.679,81 | 21.204,81 (Média) |
| Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015] | 84,4 | 92,1 | 0,81 | 87,9 | — | 88,1 | 94,4 | - | |
| (IDHM) [2010] | 0,649 | 0,668 | 0,739 | 0,705 | 0,715 | 0,710 | 0,676 | 0,651 | 0,676 (Média) |
| Total de receitas realizadas [2017] R\$ (×1000) | 15.332,40 | 17.722,73 | 47.438,29 | 40.900,26 | 41.167,59 | 20.329,87 | 12.883,92 | 21.752,19 | 217.527,25 (Total) |
| Total de despesas empenhadas [2017] R\$ (×1000) | 13.926,43 | 15.580,47 | 43.611,17 | 37.643,54 | 36.294,16 | 17.631,98 | 11.620,59 | 16.991,17 | 193.299,51 (Total) |

Fonte: Tabela com base nos dados do IBGE (2019)



Quanto aos rendimentos, Virgínia apresenta a pior média de salários (1,5) e Itamonte apresenta a melhor (2,1). No geral, é baixa a porcentagem de população ocupada (19,18), chegando a 12,1% no município de Aiuruoca e a maior taxa (27,6) é do município de Itanhandu. Virgínia e Alagoa têm mais de 40% de sua população com rendimentos até meio salário-mínimo.

O PIB per capita é em média R\$ 21.204,81, com o município de Itamonte destoando, positivamente, bem acima da média (47.306,65). O resultado desses dados são Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH), abaixo do (Índices de Desenvolvimento Humano) IDH nacional de 0,759, com Itanhandu com o melhor indicador (0,739) e Alagoa o pior (0,649).

AS INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS E AS REDES DE TRANSPORTES

Os dados do IBGE são precisos em determinar o histórico de ordenação política dos municípios, apontando datas e decretos que fragmentaram e juntaram municípios, de acordo com interesses diversos. O acesso a essa informação, comparado com a dinâmica de redes de transporte, proporciona uma compreensão da relação que os municípios estabelecem entre si.

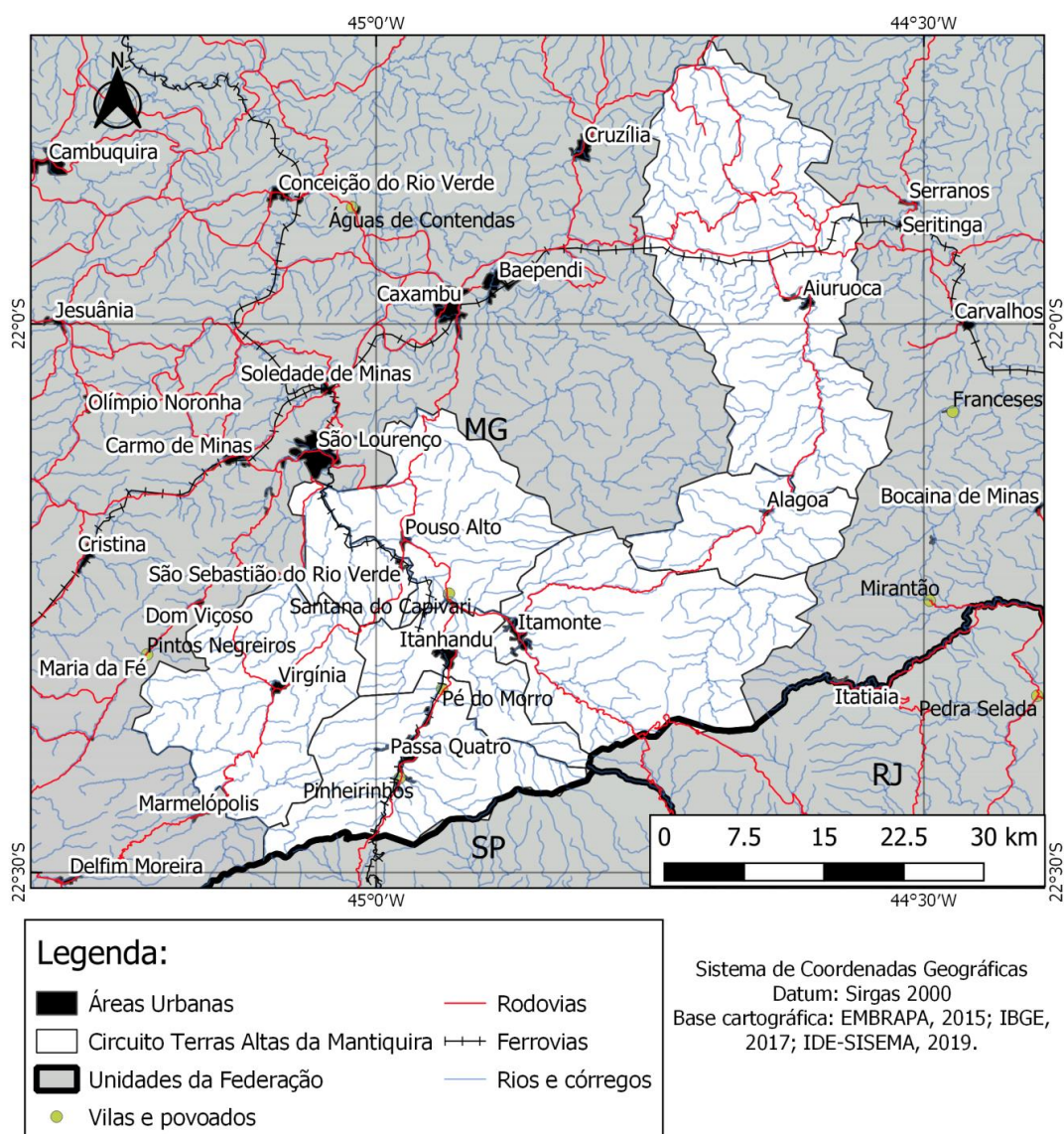
A região derivou de três bases de colonização mais antigas (Pouso Alto, Aiuruoca e Cristina), que foram fundadas na localidade por garimpeiros em busca de ouro, mas, posteriormente, basearam sua economia na agropecuária. Este processo embasou o desenvolvimento dos acessos e nas rodovias da região. Isso se desdobra, no fato que os trechos das rodovias são os que ligam os municípios, aos pontos que, historicamente, eram sedes das localidades.

Ao observar as redes de transporte rodoviário que ligam os municípios do circuito, se compreende uma dinâmica de influência. Apesar da **Figura 5** apresentar as rodovias em vermelho, nem todos os pontos são asfaltados, ou apresentam boas condições de acesso.

Historicamente, vários acessos que, hoje, são asfaltados, eram caminhos de bandeirantes, ou caminhos para o escoamento do ouro. De acordo com a demanda histórica, na década de 50, alguns acessos foram asfaltados sobre a política de mobilidade rodoviária, incentivada pelo desenvolvimento industrial automobilístico. Há lugares, como o município de Alagoa, que não tem acesso 100% asfaltado. Mesmo o município estando a 31 km de Aiuruoca, estabelece maior proximidade econômica e comercial com o município de Itamonte, que está a 37 km de distância. Essa situação pode ser justificada, devido ao município ter pertencido à Itamonte, mais recentemente

que à Aiuruoca. Detalhe que o acesso ao município de Alagoa por Aiuruoca é por estrada de terra, seguindo as margens do rio Aiuruoca. O acesso em melhores condições é por Itamonte (LMG-881), onde há asfalto em boa parte do trajeto, porém, maior desnível altímetro.

Figura 5. Dados socioeconômicos dos municípios das Terras Altas da Mantiqueira e Virgínia



Fonte: Elaborado pelo autor

O único acesso direto de Aiuruoca para os outros municípios do Circuito é pela estrada de terra que liga a Alagoa. Para acessar os outros municípios por asfalto, é necessário seguir por aproximadamente 80 km de rodovias, passando pelos municípios de Baependi e Caxambu, pelas rodovias BR-262 e MG-354.



O município de Virgínia deriva do município de Cristina. Detalhe que o único acesso por asfalto ao município é por Pouso Alto, pela MG-350, ponto onde se conecta com a rodovia MG 354, mesmo com o acesso à Virgínia por asfalto ser localizado no circuito, o município optou por se retirar do Circuito Terras Altas e buscar se associar a outro circuito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou o território dentro da metodologia GTP de Bertrand e Bertrand (2007). A proposta dos autores (BERTRAND e BERTRAND, 2007) é a percepção do território como um híbrido em relação à sociedade e à natureza, entre o materialismo e um “ideal”. Mesmo tendo desenvolvido a base de seu conceito na filosofia, enquanto Bertrand e Bertrand (2007) tiveram a sua base na geografia física, Haesbaert (2004) tem, em suas definições, as características apresentadas por Bertrand e Bertrand (2007), mas, apresenta uma relação mais ampla, ligando o território aos aspectos culturais e globais de desejos e poderes, produzindo agenciamentos. Apesar dos dados levantados serem suficientes para atender a proposta da metodologia GTP, os apontamentos de um território híbrido, em uma sociedade globalizada, segundo o que foi levantado por Haesbaert (2004), pode acrescer nos estudos sobre o turismo.

O trabalho buscou transpassar o território além da perspectiva socioeconômica por uma aproximação com as características socioculturais ao estudar os fluxos e relações entre os municípios, para não delongar na temática, estes aspectos não foram amplamente abordados, assim como, a busca por uma dimensão cultural, para apontar sinais da cristalização da territorialidade no cotidiano. Porém, fica o destaque para a potencialidade deste estudo.

A política de circuitos turísticos é mais uma proposta governamental que se estabeleceu, porém, nesse caso, a proposta vem através de um exemplo da Mantiqueira para o restante do estado de Minas Gerais. Apesar da proposta ter sido embrionada nas Terras Altas, não é possível afirmar que está aborde o turismo como um território múltiplo, pois é baseada em uma visão mais econômica. Isto pode ser observado, quando se analisa as primeiras legislações e se percebe que os conselhos do circuito são formados por representantes do poder público e da sociedade, porém, as cadeiras da sociedade são preenchidas pelo empresariado turístico. Só nas últimas legislações que a sociedade, mesmo aquela que não se beneficiava com o turismo, mas sentia os problemas causados pela atividade, foi incluída enfaticamente.

No estudo é possível observar os aspectos de ocupação e uso dos territórios por um processo histórico. Dos indígenas, guarda apenas nomes de cidades e de localidades, tendo se diluído dentro da figura do caipira na região. O início da ocupação colonial foi durante os processos de expansão das bandeiras. Com o ciclo da mineração, a região ganha mais importância como rota e com a produção de alimentos. Com a chegada da linha férrea, alguns municípios tiveram a expansão de suas áreas urbanas. Na atualidade, a região é ocupada, principalmente por atividade pecuária, que cria mosaicos de paisagem, juntos com fragmentos de vegetação nativa.

Apesar de, geralmente, não ser trabalhado como uma comunidade tradicional, o caipira tem sua estrutura de ocupação do território bem peculiar, mas recebe pouca atenção, ficou no limbo do comum e do banal. As populações rurais, que ainda tem um pouco das características do caipira têm a possibilidade de utilizarem o turismo para a valorização da sua cultura e conseguir diminuir o êxodo rural, que já tem extinguido vilarejos no circuito. Obviamente, isto deve ser feito dentro de um planejamento e respeitando as vontades e os interesses dos nativos.

Os aspectos históricos são materializados em uma lógica de influência que sobrepõe aos aspectos naturais e aos estruturais. A política de circuito pode ter influência sobre essa lógica, ao buscar estruturar atrativos. A formação de rotas ecoturísticas ou históricas por estradas de terra pode interligar áreas e criar estruturas coesas. Mesmo não sendo asfaltado, o acesso entre Alagoas e Aiuruoca conta com algumas comunidades rurais, que interagem. É comum o deslocamento de pessoas de uma comunidade rural para participar de festas, geralmente religiosas, em outra comunidade. Este trecho, mesmo não contando com uma estrutura típica para o turismo, já apresenta uma demanda, que busca interagir com o ar bucólico da localidade, e já causa uma modificação das estruturas espaciais e a modificação da atividade econômica agropecuária, que sai da subsistência para atender as demandas turísticas.

Para os gestores, a compreensão desse pertencimento pode apontar pontos de associação que transcendam os limites do circuito e proporcionem parcerias, que respeitem a população e permitam ao turista experimentar outro nível de vivência, adentrando em uma dimensão territorial. O estabelecimento de um diálogo histórico – cultural pode apresentar processos de similaridade, definindo territórios que se sobrepõem, além de compreender melhor a relação entre os municípios. Já há várias forças que pressionam o turismo na região. A necessidade de se estabelecer estratégias



é primordial para que os impactos, que já acontecem, não resultem em conflitos entre moradores e turistas, ou entre os grupos de turistas

REFERÊNCIAS

- ATAM, ASSOCIAÇÃO TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA. **Quem somos?** <http://www.portalterrasaltas.com.br/quem-somos.php>. c2013-2020. Acesso em: 14 abr. 2020.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac/SP, 1998. 915 p.
- BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias**: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007. 360 p.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm. Acesso em: 20 out. 2019
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf. Acesso em: 14 Set. 2019.
- BRASIL. **Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 20 out. 2019
- BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Brasil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm. Acesso em: 20 out. 2019
- DERBY, Orville. **A denominação Serra da Mantiqueira**. RIHGSP, v.1, São Paulo, 1895.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. 230 p.
- FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n.1, p. 19-29. Jan/abr 2017
- GONÇALVES, Yumi Kawamura. **Perspectivas do desenvolvimento turístico em áreas rurais**: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG). 2003. 199 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20080828085931.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Presença de Indígenas no Município de Virgínia - Um Resgate da História Indígena Sul-Mineira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Contra os Preconceitos: História e Democracia, 24., 2017, Brasília. **Comunicações [...] Brasília**: UNB, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502750574_ARQUIVO_PRESENCADINDIGENASNOMUNICIPIODEVIRGINIA.pdf. Acesso em: 10 out. 2019
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de out de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**, v.72, 2012. IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2012.pdf. Acesso em: 10 out. 2019
- INSTITUTO CHICO MENDES DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de manejo e web Sig da APA da Serra da Mantiqueira produto**. 6.2: Plano de Manejo da APASM. Curitiba, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_serra_da_mantiqueira_2018.pdf. Acesso em: 25 out. 2019
- INSTITUTO CHICO MENDES DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília: ICMBio, 2014. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_parna_itatiaia_enc2.pdf. Acesso em: 09 jun. 2010.
- JUNIOR, Jonas Antônio Vieira; TAVARES, Jean Max. Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira: uma análise situacional a partir da percepção dos agentes ligados ao turismo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [S.l.], v.5, n.3. p. 1-18. jan.



2011. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3521/1648>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
doi:<https://doi.org/10.17648/raoit.v5n3.3521>.

MINAS GERAIS . **Decreto nº 45.403, de 18 de junho de 2010**. Minas Gerais, 2010. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43321&comp=&ano=2003>. Acesso em: 22 set. 2019.

MINAS GERAIS . **Decreto nº 45.625, de 28 de junho de 2011**. Minas Gerais, 2011. Disponível em:
<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/decreto-45.625-2011.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

MINAS GERAIS . **Decreto nº 47.687, de 26 de julho de 2019**. Minas Gerais, 2019. Disponível em:
<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/2019/decreto-regionalizacao-no47.687.19.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 43.321, de 8 de maio de 2003**. Minas Gerais, 2003. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43321&comp=&ano=2003>. Acesso em: 22 set. 2019.

OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. Os Índios dos Sertões: Os Puris de Campo Alegre na visão dos Memorialistas do Século XVIII e XIX. XXVIII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis, **Comunicações [...]** Florianópolis: UDESC, 2015. p. 1-13.

PRADO JÚNIOR, Caio da Silva. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. 390 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Edição da Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1822.

SCARAMELLA, Giovani. Puri or not Puri? That's the question! **Revista de ciência & tecnologia**. Nova Iguaçu, v.11, n.2, p. 77-97. dez. 2011.

SISEMA. **Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**. Belo Horizonte: IDE-Sisema, 2019. Disponível em: <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p. p. 77 – 116.